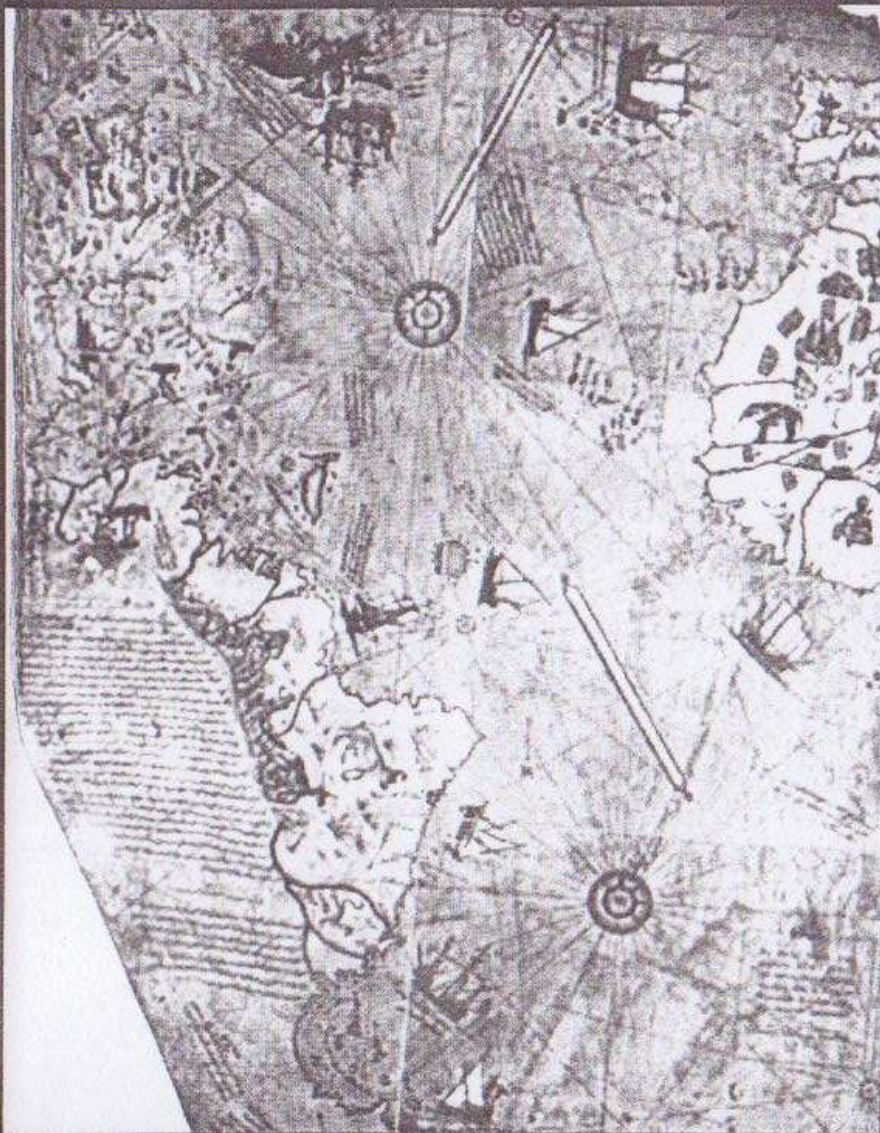




OLHARES

Eduardo França Paiva (Org.)

Eduardo França Paiva (Org.)



Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (Séculos XVI-XVIII)



BRASIL-PORTUGAL

G  
quisa  
s



# ELITES E MUDANÇA POLÍTICA. O CASO DA CONSPIRAÇÃO DE 1641<sup>1</sup>

*Mafalda Soares da Cunha*<sup>2</sup>

## APRESENTAÇÃO

Esta comunicação narra o processo que culminou na prisão, julgamento e posterior execução de um grupo de pessoas, socialmente muito heterogêneas, em agosto de 1641. Os fundamentos da conspiração e da sentença são conhecidos; alegava-se que a conspiração visava a queda do recém-chegado D. João IV ao trono e a restituição do Reino de Portugal a Filipe IV de Espanha. Crime de alta traição e lesa-majestade, punível, portanto, com a mais pesada pena.

Num ensaio de micro-história onde se reconstituem as redes de parentesco, aliança e cumplicidade entre os acusados, descobrem-se as tensões que atravessavam vários segmentos sociais, desvendando o feixe de motivações para a ação conspirativa. A ação remontará, por isso, ao início do ano de 1641 e à complexa teia de interesses que em fevereiro presidiu à tomada de decisão de abandono de Portugal e acolhimento em Castela por parte um grupo de fidalgos de elevada condição.

Sem questionar o móbil conhecido da conspiração do verão de 1641, a hipótese interpretativa que aqui se equaciona confere uma nova centralidade ao tópico do controle político sobre as praças do Norte de África – Ceuta e Tânger – que se mantiveram fiéis à soberania hispânica, revelando-as como peças fulcrais nas estratégias defensivas dos reinos de Portugal e de Castela e dos seus impérios coloniais.

Sugere-se ainda que a continuidade no posto das elites dirigentes anteriores à aclamação, em vez de produzir os consensos desejados na

---

1. Esta questão será mais extensamente desenvolvido em CUNHA, Mafalda Soares e COSTA, Leonor Freire, *D. João IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, capítulo 4 (no prelo).

2. Professora da Universidade de Évora, Portugal.



consolidação da rebelião política, criaram insatisfações mais ou menos generalizadas entre as elites políticas. Nas antigas, pelo receio da ascensão da facção dos aclamadores; entre os conjurados de 1640, pelo defraude das expectativas de aceder rapidamente às posições políticas centrais. Defendo, por isso, a hipótese de que essa proposta de restituição a Castela foi conduzida por uma rede constituída por adeptos do retorno à situação anterior. Ou seja, governação de Margarida de Mântua e da dupla Soares/Vasconcelos e não a do partido castelhanista – populares ou parcialidade infecta – que durante a década de 1630 se opôs às propostas políticas do conde-duque.

Inserire-se indiretamente nos vastos debates sobre a leva de revoluções que assolou a Europa nesta altura e, mais precisamente, sobre a crise da Monarquia Hispânica que, entre outros fatores, teve na política uniformizadora do conde-duque de Olivares um importante desencadeador. A bibliografia é vasta e as interpretações controversas, como se sabe.

#### A EQUÍVOCA CONTINUIDADE

Ao assumir o trono de Portugal, D. João IV, aconselhado por Francisco Lucena, decidiu não remunerar diretamente a participação na aclamação e optou por manter os nomeados para os cargos, bem como a hereditariedade dos ofícios maiores da Casa Real. Procurava evitar um mal comum dos portugueses que no dizer de Francisco Manuel de Melo eram “gente que por aquela emulação que os leva a sentirem mais o proveito alheio que o próprio”.<sup>3</sup> Com poucas exceções, manteve igualmente os titulares dos principais postos da governação nos diferentes conselhos. O único onde tiveram cabimento muitos aclamadores foi no recém-criado Conselho da Guerra (11/12/1640). Foi, de resto, a defesa do Reino que acolheu a maioria dos conjurados de 1640 que foram imediatamente nomeados para os governos de armas da províncias e para as fronteiras. Também de entre este grupo, mas em círculos mais próximos da pessoa do rei, foram recrutados o vedor da fazenda do reino e os diplomatas.

3. MELO, Francisco Manuel de, *Tácito Português. Vida, Morte, Dittos e Feitos de El Rey Dom João IV de Portugal*, Pref. e leitura de Raul Rêgo, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1995, p. 90.



Esta opção, destinada a gerar consensos entre as elites sociais, provou mal desde o início. Criou um clima de confronto potencial, logo visível no ambiente de constantes rumores e intrigas que enxameava a corte, na rivalidade entre titulares e fidalguia antiga, os adeptos da gestão de Margarida de Mântua dos secretários e o grupo dos aclamadores.

Com efeito, o levantamento de dezembro colheira de surpresa a maior parte da grande nobreza portuguesa. Uns porque estavam em Madrid, para onde, havia pouco, tinham sido chamados por Filipe IV; outros porque residiam fora de Lisboa e eram marginais à rede de conhecimentos e contatos dos adeptos de D. João. Foram colocados perante um fato consumado e, embora todo o reino se tivesse pronunciado com grande rapidez e tranqüilidade, não menos certo era que “entregaram-se os povos, não sem maravilha, a um Senhor que os vizinhos jamais tinham visto, nem ouvido quiçá os distantes”.<sup>4</sup> Se esta facilidade surpreendera Francisco Manuel de Melo, reconhecia-se que a questão era ainda mais melindrosa no que respeitava à fidalguia antiga. Um panfleto anônimo (atribuído talvez à mão de Francisco de Lucena) sob a forma de carta do duque D. Teodósio II a seu filho aconselhava-o a fazer-se “temer e respeitar dos maiores fidalgos, que como vos virão nascer vassallo, e eles por Portugueses são invejosos, e soberbos, mais com rigor e medo se sujeitarão que com amor e brandura”. E continuava: “como muitos desses fidalgos rirão, e folgarão convosco sendo Duque, com pouco auso que lhes deis, vos hão de perder o respeito, que se vos deve como a Rei”.<sup>5</sup>

De fato, a súbita mudança de condição que o levantamento de dezembro impusera ao duque tornava necessária prudência na relação com a fidalguia, que estava longe de se comportar como um corpo homogêneo. O mesmo ocorreria, de resto, antes da aclamação. Fernando Bouza Álvarez e, depois, J.-F. Schaub clarificaram-no bem, ao detectarem as tensões que atravessavam o grupo nobiliárquico na década de 1630.<sup>6</sup> Olivares e os

4. MELO, Francisco Manuel de, *Tácito Português...*, op. cit., p. 81.

5. LIMA, Durval Pires de, *Carta que se escreveu a el-rei D. João 4º em nome de seu Pai o Duque Dom Theodósio em 8 de Fevereiro de 641*, Lisboa, Oficina Gráfica Santelmo, 1941, p. 7-10.

6. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, “Como se tivesse sido de fumo. Memória e juízo do Portugal dos Filipes ante a Restauração de 1640”, in *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 185-205; e SCHAUB, Jean-Frédéric, *Le Portugal ao temps du Conte-Duc d'Olivares (1621-1640). Le conflit de juridictions comme exercice de la politique*, Madrid, Casa de Velázquez, 2001.



secretários Soares e Vasconcelos impuseram um processo de reestruturação da elite política à margem das redes clientelares organizadas desde o tempo de Filipe II, a partir de Madrid, pelas grandes famílias de políticos luso-castelhanos. O que gerara grande insatisfação com formação de facções, como há já algum tempo demonstrou António de Oliveira.<sup>7</sup>

A Restauração, com a inerente cisão política, dera voz apenas a alguns destes. Não integrou, todavia, grande parte dos que propunham o retorno à forma de governação anterior a Olivares e aos secretários, mas que eram castelhanistas fiéis. E, ao manter a clique de Miguel de Vasconcelos/Diogo Soares em postos de poder, D. João IV abriu uma frente de conflitualidade, revelando definitivamente a artificialidade dos consensos desejados.

### ANGÚSTIAS E INCERTEZAS

Em 7 de fevereiro de 1641 saíram da barra do Tejo dois navios. Num bergantim partiram secretamente seis fidalgos com suas famílias. Entre eles D. Pedro Mascarenhas e D. Jerónimo Mascarenhas, filhos do vice-rei do Brasil, marquês de Montalvão. No outro, iam os governadores nomeados para Ceuta e Tânger, também com família e criadagem. Dias mais tarde, vir-se-ia a saber em Lisboa que aportaram em portos de Andaluzia com a intenção de se acolherem em Castela, em sinal de protesto de fidelidade a Filipe IV, que consideravam ser o legítimo soberano de Portugal.

Dias depois, nova defecção e o mesmo motivo. Desta vez, porém, eram apenas D. Francisco de Meneses, alcaide-mor de Proença, o Barrabás de alcunha, com o seu criado e Pedro Gomes de Abreu, senhor de Regalados, com toda a sua família.

Temendo-se a inclinação do marquês de Montalvão por Castela, ordenou-se, ainda nesse mês de fevereiro, a partida de um novo navio para o Brasil, onde ia embarcado o jesuíta Francisco de Vilhena com ordens expressas para apurar a lealdade do vice-rei. Estava, por isso, mandatado para, em caso de necessidade, o destituir e nomear novo governo na Baía.

---

7. OLIVEIRA, António de, "O atentado contra Miguel de Vasconcelos em 1634" e "Oposição política em Portugal nas vésperas da Restauração", in *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social-Faculdade de Letras, 2002, p. 373-405 e 689-717.



Nos Açores, a situação era complexa. Se havia notícias de que em várias ilhas se tinha aclamado D. João com satisfação, em Angra, o mestre-de-campo castelhano D. Álvaro de Viveiros teimara em manter-se fiel a Filipe IV. Fora necessário enviar uma frota e homens para reduzir a resistência das tropas castelhanas aquarteladas no castelo de São Filipe. O cerco iniciou-se em 21 de março. Mas D. Álvaro resistiria com denodo, só capitulando cerca de um ano mais tarde. De igual modo, no Norte de África, as praças de Ceuta e Tânger persistiam na submissão a Castela. De Angola, do Rio de Janeiro e do Oriente nada se sabia ainda e receava-se o desenrolar do sucesso.

Já no mês seguinte, mais sobressaltos. A 6 de abril, frustrou-se outra fuga de nove aficionados a Castela, dando-se-lhes ordem de prisão. Um deles era Belchior Correia da Franca, um outro Diogo Brito Nabo. Mais suspeitas conduziram ainda à prisão de Gonçalo Leitão de Vasconcelos, corregedor do cível da corte. Também o embaixador da Catalunha a Portugal, D. José de Salas, barão de Arene, que se pressupunha vir como representante de nação aliada e com comum ódio a Castela foi, por indícios vários, considerado parcial de Filipe IV e despedido da corte. Não, todavia, sem que antes deixasse desconfianças de ter entabulado conversações com fidalgos e dignitários portugueses afiliados do monarca castelhano.

Quase no imediato, dois irmãos Sousa – D. Lourenço, capitão da guarda alemã, e D. João, militares e servidores no paço desde o tempo da Duquesa de Mântua – por intrigas e receios fundados na conhecida amizade com os fugitivos de fevereiro, foram considerados suspeitos de conspirarem contra D. João e logo afastados dos seus postos e desterrados, um para as fronteiras da Beira, o outro para o Algarve.

Em princípios ou em meados de abril, confirmava-se em Lisboa uma angustiada inquietação que vinha já de dezembro anterior. Soubera-se que o Infante D. Duarte fora preso em Ratisbona por forças do imperador da Alemanha no dia 4 de fevereiro.

Muita da fidalguia portuguesa vivia nestes meses uma inquieta espera relativa ao destino dos parentes que a aclamação surpreendera fora do Reino. Alguns, sobretudo os que combatiam nas guerras européias dos Áustrias ou que por qualquer motivo estavam fora de Madrid, fazendo uso de estratagemas variados, lograram recolher-se a Portugal rapidamente. D. João IV ajudara ao retorno, disponibilizando barcos e meios. O mesmo não ocorria, porém, aos que estavam em Madrid. Mais vigiados, tinham maior



dificuldade em fugir e, com isso, prolongavam a estada e a aflição da parentela em Portugal.

As disposições diplomáticas, que todos sabiam cruciais para o devir do Reino, iam seguindo o seu curso, mas ainda sem quaisquer resultados à vista. E tudo se afigurava complicado e difícil.

Nas fronteiras “corriam as disposições com maior confusão que utilidade, de que se originava, sendo o dinheiro pouco, gastar-se inutilmente”. A ausência de confrontos abertos, se ajudou à preparação da defesa, ao conserto das fortificações e ao levantamento de tropas, também aumentou a tensão da expectativa. Não se combatia, mas temia-se permanentemente a ofensiva castelhana, que se julgava estar sempre iminente. Finalmente, no início de junho, o marquês de Toral abriu hostilidades em Elvas. Sobre o sucesso das escaramuças as opiniões desencontraram-se.

Na corte, o ambiente era de inquietação fervilhante. A euforia dos primeiros dias após a aclamação fora substituída por um clima de desassossego e desacerto. No turbilhão dos acontecimentos e das preocupações, D. João oscilava entre os conselhos de uns e as opiniões de outros. As informações chegavam a um ritmo que se compaginava mal com os seus hábitos mais antigos e também mais queridos. “No labirinto das ideias muito diferentes daquelas que placidamente tantos anos cultivara, passava El-Rei D. João de um cuidado a outro cuidado no início do seu governo”, sobretudo, em “consideração dos dilatados anos em que outros exercícios fizeram hábito na natureza de El-Rei assistindo em Vila Viçosa”.<sup>8</sup>

Desagrado e descontentamento existiam também. Eram sobretudo visíveis entre a nobreza mais grada que, atenta à sua honra e pergaminhos, ponderava meticulosamente as mercês feitas às demais fidalguias, comparando-as com as outorgadas às suas casas. Por isso, c como sempre, as nomeações realizadas pelo monarca – que quase mais não fizeram que confirmar o disposto por Filipe IV – eram comparadas, deixando alguns queixosos da desatenção régia. Entre eles, o 7º marquês de Vila Real, D. Luís de Noronha e Meneses, D. Miguel Luís de Meneses, seu filho e 2º duque de Caminha e o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos e Noronha.

8. ERICEIRA, conde da (D. Luís de Meneses), *História de Portugal Restaurado*, vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, p. 293.



## A FUGA DE FEVEREIRO OU A POSSIBILIDADE DE RETOMAR PORTUGAL ATRAVÉS DO IMPÉRIO

A fuga de fidalguia tão grada em fevereiro gerou inquietações e graves problemas políticos. Na motivação para esta fuga sobressaem com alguma evidência tanto a recusa da legitimidade da aclamação do duque de Bragança, que sem hesitarem apelidavam de traição, quanto a convicção de que a retomada de Portugal seria breve. Desejavam, pois, participar dessa recuperação e, com essa atitude, afastar qualquer risco de comprometimento com a situação criada em Portugal. Além de que nas mãos dos dois governadores nomeados e confirmados estava a oportunidade de evitar a entrega de duas praças tão estratégicas quanto Ceuta e Tânger, o que não era matéria de somenos. Vingava também a percepção de que da ligeireza com que se informasse o marquês de Montalvão, e da persuasão que das cartas dos seus filhos, dependia o seu aliciamento o impedimento da adesão do Brasil à causa brigantina.

D. Pedro Mascarenhas escreveu, portanto, ao pai, explicando que a sua posição fora sempre a mesma e que só as circunstâncias o tinham obrigado a simular o apoio ao duque de Bragança. Para defender a brevidade da recuperação de Portugal, descrevia a situação calamitosa e desgovernada em que este se encontrava:

que não há fazenda no mundo, que baste para isso, mormente gastando-se como se gasta, sem conta, nem razão; e sendo vedor da Fazenda D. Miguel de Almeida só; e assim tem gasto quatrocentos mil cruzados, com os quais se terão levantado ao pé de oitocentos homens; e nenhuma outra prevenção se tem feito.

E continua o rol de desgraças:

Tomaram-se armas, e munições, que estavam para ir para V. Ex<sup>a</sup> para esta ocasião; e o que se tem gasto, é do cabedal da Índia, para onde iam este ano seis embarcações. Hoje se trata só de uma; e essa temo que não vá por falta de cabedal. A isto se acrescenta, que este homem levantou todos os tributos com que faltarão os efeitos do assento; e assim é força, que parem os assentistas. E enfim Portugal se levantou sem dinheiro, sem armas, sem munições, sem artilharia, sem gente, e sem capitães para disporem; e elegeu para rei a um homem parvo, mau e traidor por natureza. Veja V. Ex<sup>a</sup> agora, como poderá ter isto bom fim.



Não podia, com efeito, ser mais claro! Advertia também que não devia o marquês de Montalvão despachar navios para Portugal, mas sim para Castela, pois dessa forma “lhe tiramos a substância por todos os caminhos”. Insinuava ainda que de Lisboa não havia interesse, nem possibilidade de socorrer o Brasil, nem ele, D. Pedro, tinha ouvido mais falar em tal assunto, “como se tal coisa não houvera no mundo, nem fora necessário para nada”.<sup>9</sup>

Discurso similar fizera a marquesa, na carta que em 6 de fevereiro endereçou ao marido e fez seguir através de seu filho D. Pedro. Parecia-lhe “que era coisa certa não entregares vós o Brasil” e “que este rei que temos não sabe que coisa é Brasil”. Como ela própria afirmava, dessa vez escrevia livremente, pois antes “por nos dizerem que haviam de ver as cartas não nos atrevemos a alargar mais que a mostrar contentamento”.<sup>10</sup>

A partida destes fidalgos tinha, assim, um alcance mais amplo do que o simples protesto de fidelidade ao rei que consideravam legítimo. Implicava uma estratégia definida que visava entravar o processo de autonomização de Portugal, através da apropriação das suas fontes de receita ultramarina, onde o Brasil pontuava. Se a este dado se acrescentar a questão das praças norte-africanas, a questão fica ainda mais evidente. Com efeito, e tal como a própria duquesa de Mântua reconhecia, Ceuta revestia-se de uma importância estratégica inequívoca para a segurança da Monarquia Hispânica. Era “chave de África e Espanha”,<sup>11</sup> determinante para a conservação das costas da Andaluzia e a segurança das armadas para Sevilha, além das vantagens militares que oferecia para facilitar a redução do reino de Portugal. Na vizinhança, a praça de Tânger, embora menos relevante, reforçava estas possibilidades ofensivas e defensivas entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

Desse ponto de vista, a possibilidade de manter Ceuta e Tânger sob a dominação castelhana não era um trunfo despiciendo. Desde finais do século XVI que a Monarquia Hispânica enfrentava agudas dificuldades na manutenção dos seus estados no norte da Europa. O conflito aberto com as Províncias Unidas e com França, para além de sorvedouro contínuo e aflitivo de dinheiros e homens, não tinha saldo positivo, nem se afigurava

9. MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Cartas da Restauração*, sep. de *O Instituto*, Coimbra, 1940, p. 52-3.

10. MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Cartas da Restauração*, op. cit., p. 65-6.

11. MELO, Francisco Manuel de, *Tácito Português...*, op. cit., p. 105.



que viesse a ter. No entanto, ia corroendo as suas fronteiras territoriais. Em contrapartida, a avançada turca obrigara a reabrir a frente do Mediterrâneo. Sucedendo a algumas tomadas emblemáticas (Túnis), Filipe III de Espanha reorientara os seus esforços de conquista para o Magreb atlântico com alguma felicidade (Larache, 1610, e Mamora, 1614). Densificavam-se, assim, as possessões ibéricas nessa orla, no intuito de alcançar maior eficácia contra a praga dos corsários marroquinos e salvaguardar a integridade das frotas oceânicas. Embora as motivações fossem essencialmente defensivas, após quase um século essa área converteu-se numa região, se não de expansão, pelo menos de consolidação da esfera de influência dos Habsburgos ibéricos. No entanto, o levantamento da Catalunha, a agressiva política francesa e a continuidade do desgaste provocado pela pirataria muçulmana faziam perigar essa estratégia mediterrânica e, mais importante, criavam potenciais, mas arriscados embaraços às costas castelhanas.

O curso do tempo revelaria, porém, que esta questão de Ceuta e do Norte de África não estava ainda encerrada. Os acontecimentos subseqüentes prolongaram a inquietação sobre estas fronteiras, repercutindo-se com relevo na conspiração revelada em julho de 1641. Já no que respeita ao Brasil e apesar das expectativas contrárias dos familiares, o marquês de Montalvão acabou por aclamar D. João IV na Baía sem problemas de maior, enviando a Lisboa uma delegação chefiada pelo seu filho D. Fernando e da qual também fazia parte o Padre António Vieira.

#### MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS: A REDE DOS CONSPIRADORES

A 28 de julho foi dada ordem de prisão a D. Sebastião de Matos e Noronha, arcebispo de Braga, ao Marquês de Vila Real, ao Duque de Caminha, a D. Francisco de Castro, bispo Inquisidor-Geral, a Nuno de Mendonça, 2º conde de Vale de Reis, a Gonçalo Pires de Carvalho e Lourenço Pires de Carvalho, seu filho e provedor das obras reais, a D. António de Ataíde, 5º Conde da Castanheira, a Rui de Matos de Noronha, 1º Conde de Armamar, a António de Mendonça, comissário da cruzada, a Frei Luís de Melo, religioso da Ordem de Santo Agostinho, eleito bispo de Malaca, a Paulo de Carvalho, vereador da câmara e a seu irmão Sebastião de Carvalho, desembargador, a Luís de Abreu de Freitas, escrivão da câmara do rei, a Jorge Fernandes de Elvas, a Diogo Rodrigues de Lisboa e seu filho Jorge Gomes Álemo, a Simão de Sousa Serrão e dois



filhos seus, a Cristóvão Cogominho, guarda-mor da Torre do Tombo e seu irmão Fernão Cogominho, bispo de anel de Braga, a Manuel Valente Vilasboas, escrivão da Távola de Setúbal, a António Correia, oficial maior da secretaria de estado no tempo de Miguel de Vasconcelos. No dia seguinte, prenderam D. Agostinho Manuel e D. Francisco de Faria, bispo de Martíria. Logo depois, Matias de Albuquerque.

Esta leva de prisões sucedia no dia 24 de julho à noite, quando foram encarcerados Pedro Baeça, Belchior Correia da Franca e Diogo de Brito Nabo. A via da denúncia tivera o seu vértice no Conde de Vimioso, recém-chegado do Alentejo.

Os autos do processo sumário que se seguiu compreendem as cartas que os réus escreveram a el-rei, os interrogatórios aos vários presos e testemunhas, os libelos acusatórios, os recursos interpostos pelos advogados dos réus e, finalmente, as sentenças. Estas peças processuais permitem duas narrativas complementares. Uma que, embora fragmentária e prismática, descobre o tipo de participação específica de cada um, as respectivas motivações, bem como a responsabilidade individual que consideraram adequado assumir; outra que apresenta a visão de conjunto da evolução do processo conspirativo. A segunda não corresponde à simples sorna das partes e incorre na possibilidade de simplificação de um processo assaz complexo e matizado. No intuito de evitar os dois riscos, optar-se-á pela reconstrução global da teia de relações a fim de descobrir a rede social constituída ao longo do tempo, bem como as motivações comuns e estratégias de ação adoptadas. Far-se-ão em simultâneo incursões micro-analíticas a fim de transmitir a complexidade e diversidade das posições individuais.

Confirma-se que o levantamento de 1 de dezembro colheu de surpresa sectores importantes da fidalguia e de uma parte muito significativa da principal nobreza titular portuguesa. Verifica-se que esse mesmo golpe esteve longe de suscitar reacções unânimes, criando um indisfarçável mal-estar em muitos fidalgos residentes em Portugal. E que, até o voluntarismo apoiante das primeiras horas, em alguns casos se desvaneceu. De entre os vários cursos de acção possíveis, as escolhas variaram em função dos meios e recursos que cada um pôde ou conseguiu accionar. Temos as posições extremas dos que assumiram claramente os seus afectos, seja pela fuga para Castela, seja pela promoção determinada da restituição do reino aos Bragança. Para outros, porém, a situação apresentava contornos menos evidentes, pelo que, fosse por prudência,



fosse por cálculo estratégico, resolveram dissimular as suas inquietações e preparar as mudanças ocultamente; outros oscilaram na posição que foram tomando por genuína indecisão. Muitos, provavelmente a maioria, mantinham-se, todavia, em expectativa. A confusão era autêntica e compreensível. De fato, e como um parecer anônimo sugeria, depois da aclamação de D. João IV “houve tanta confusão neste Reino pela variedade dos juízos, que menos perturba a multidão das novidades que a variedade das opiniões”.<sup>12</sup>

O início do processo conspirativo pode, por isso, datar-se logo do dia 1º de dezembro. O caso do arcebispo de Braga constitui desse fato um exemplo claro e até certo ponto apercebido pelos próprios conjurados. O que não lhes foi claro, como não foi claro ao monarca, foi a contumácia do seu desagrado, que se fundava tanto na dificuldade de cortar os laços teoricamente perpétuos do juramento feito ao rei Filipe, quanto no receio das conseqüências que necessariamente ocorreriam quando este recuperasse o reino de Portugal. E esse temor foi, talvez, o principal elemento agregador das vontades e ações dos conspiradores de 1641, como todas as confissões e testemunhos dos réus provavam ao invocarem a inevitável e iminente perda do reino como um dos fatores da sua decisão.

Davam nesse motivo todo o crédito à argumentação do arcebispo de Braga. Sabiam-no no coração do governo português e portanto conhecedor de toda a verdadeira e confidencial informação. Acreditavam nos dados fornecidos pelo próprio relativamente à situação das forças castelhanas e à vontade e calendários de atuação de Madrid, já que ele não lhes escondera que comunicara secretamente com a duquesa de Mântua e que enviara missivas aos governantes castelhanos através de D. João Soares de Alarcão, o governador de Ceuta que fugira em fevereiro. Posicionava-se e era tomado como o cabecilha da organização.

Iniciou o processo de aliciamento pelos que lhe estavam mais próximos. Familiares consangüíneos e dependentes seus, sobretudo do estado eclesiástico, mas igualmente apoios politicamente mais relevantes como eram os seus companheiros do Conselho de Estado, o Inquisidor-Geral e o marquês de Vila Real. Recrutou a maior parte dos outros entre servidores ou beneficiários directos da influência de Miguel de Vasconcelos e de Diogo Soares.

12. BL, Add. 20933, fl. 133.



De entre eles, Belchior Correia da Franca<sup>13</sup> e Diogo Brito Nabo eram dois nomes já conhecidos, tendo até sido presos por suspeição de afiliação a Castela. Ambos procediam de famílias com implantação, residência e posse de cargos menores - adail e alcaide - de governo militar em praças norte-africanas de Ceuta e Tânger. Brito Nabo era ainda, por via matrimonial aparentado com negociantes: era cunhado de Pedro de Baeça, tesoureiro da alfândega.

Assim, a rede de familiar destes dois conjurados possibilitou a comunicação com esse elemento central no aparelho mercantil e financeiro da Monarquia Hispânica e figura grada entre a comunidade de cristãos-novos. O seu nome completo era Pedro de Baeça da Silveira e apresentava uma já longa carreira com negócios vultuosos que se espalhavam pelos impérios português e espanhol e que lhe permitiram envolver-se directamente nas finanças da monarquia.<sup>14</sup>

A partir desta tríade de base - o arcebispo, o Franca e o Baeça -, a rede compusera-se. Cada um contactou os seus mais chegados que tinham enfado ao Bragança ou proximidade conhecida a Miguel de Vasconcelos. A partir dessas comunicações, foi-se espalhando a informação e angariando-se novos adeptos. Os papéis e o nível de intervenção eram todavia muito desiguais. Ativos e proeminentes parecem ter sido de fato estas três figuras. Os demais foram usados como peões, ao sabor do evoluir da conjura e das necessidades circunstanciais. Antes de mais para alargar

13. Brás da Franca, avô paterno de Belchior, tendo prestado serviços na Armada Real e em guerras em Tânger, fora por sete anos adail de Ceuta por nomeação de D. Miguel de Meneses, 1º duque de Caminha. Estabeleceram-se nessa praça em 1607 com sua mulher D. Antónia de Magalhães e com os quatro filhos. Casara Belchior com D. Maria da Franca, natural de Ceuta; DORNELAS, Afonso, "Governadores capitães gerais de Ceuta", *Historia e Genealogia*, vol. 4, Lisboa, 1916, p. 140. Pelo memorial de serviços que esta senhora apresentou a Filipe IV em 1657, ficou-se a saber que Belchior contava uma folha de serviços à monarquia de 41 anos, que chegara ao honroso posto de mestre-de-campo e que fora por conservar a lealdade de fiel vassalo que fora sentenciado e ela perseguida com suma crueldade motivo a que acrescia ainda o fato de ser natural de Ceuta. Pelos detalhes entende-se que, depois da Restauração, a vida de todos os familiares diretos fora atribulada e difícil. A narrativa sublinha igualmente a afeição de Belchior Correia da Franca a Castela, a sua inserção no meio militar e as suas ligações familiares ao Norte de África, muito em particular a Ceuta, que o próprio governo filipino continuara a explorar através dos seus descendentes. Cf. AGS, SP, L. 1476, documento isolado. "Memorial de Maria da Franca" de Madrid, 8 de novembro de 1657.

14. Cf. BOYAJIAN, James C, *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*, New Brunswick, New Jersey, Rutgers University Press, 1983, *passim*.



o leque de adesões, mas também para funções específicas associadas ao espaço social em que cada um se movia.

Pelos contatos diretos do arcebispo foram envolvidos os seus parentes e bastantes eclesiásticos, através de quem se procuravam alargar as conexões a grupos familiares fidalgos ou de magistrados. Na maioria dos casos não ultrapassou, todavia, o campo da conversa ou até da mera conjectura. Interessa, por isso, sublinhar que uma parte significativa da conjura se fundava muito mais na plausibilidade das adesões e na posterior atribuição de papéis, do que em apoios garantidos pelo consentimento expresso dos próprios. O que não pode, no entanto, iludir a coerência do plano engendrado pelo arcebispo e o facto de a definição das adesões procurar cobrir os campos de ação vitais para o bom sucesso do contragolpe: autoridade social e política conferida pela presença de dignidades eclesiásticas e títulos; meios financeiros através da rede do Baeça; capacidade militar esperada pela influência de Correia da Franca e da liderança de Matias de Albuquerque.

Nessa lógica, a angariação de adeptos no Conselho de Estado seria significativa. Pelo convívio nesse órgão o arcebispo acedera ao conhecimento sobre a posição e sentir dos diversos membros em relação às várias matérias em apreço. O que explica a abordagem do arcebispo ao Inquisidor-Geral e ao marquês de Vila Real. A aceitação deste era fulcral, já que golpe carecia de uma cabeça ilustre. Não que tivesse grande consideração por ele e pelo filho, duque de Caminha: “não havia nele valor para nada e o mesmo dizia do filho duque”.<sup>15</sup> O mesmo pensavam outros, como Francisco Manuel de Melo afirmaria que “era o marquês fácil de persuadir e difícil em discursar”.<sup>16</sup> Reconhecia, porém, o arcebispo, a afeição do marquês a Castela, e estava disposto a explorar essa via. A antipatia oculta à causa de Bragança, os seus agravos para com o novo rei e, sobretudo, os seus receios sobre a solução do imbróglio sucessório relativamente à sua casa pesavam. Era verdade que a confirmação do título de duque por João IV lhe arrefecera a animosidade. O arcebispo acreditava, porém, que a parentela afecta a Castela o incentivava e que a vaidade o acicataria. É que a sua única filha casara em Castela, onde residia, e o seu cunhado, conde de Tarouca, bandeira-

15. BL, Add. 20933, fl. 195-197v. Carta do arcebispo de Braga de 15 de agosto de 1641.

16. MELO, Francisco Manuel de, *Tácito Português...*, op. cit., p. 297.



se em fevereiro para Madrid. Para o persuadir acenava-se-lhe ainda com o cargo de capitão-general e com uma intervenção recatada: dizia-lhe o arcebispo que a “um marquês bastava sair com quarenta criados dizendo paz, liberdade e tributos fora para se aquietar o povo estando feita a facção”.<sup>17</sup>

A participação do marquês na conjura foi, com efeito, pouco ativa. Sabia do caso nos seus pormenores, é certo. Mas apoiava-o discretamente e não sem alguma ambigüidade. Não se lhe denunciaram conversas se não com o arcebispo, com o Baeça e o Franca. Se o negociante nos seus testemunhos o dava peremptoriamente como aliado, outros desmentiam essas afirmações tão taxativas. Um dos presos confessara até que a certa altura o “tinham por traidor porque souberam que aconselhara a Sua Majestade não mandasse sair deste porto a armada”. Por seu turno, o Franca dissera que o marquês considerava as propostas de Baeça “uma doideira” e que queria dele era dinheiro para acabar de consertar a quinta de Alvalade e nada mais; afirmara o mesmo do duque de Caminha, pois também ele enxotara o Baeça. Contudo, o seu nome e o do filho surgiram sempre nos demais interrogatórios. Pelo contexto percebe-se, porém, que essa nomeação sistemática tinha origem no arcebispo e que era por ele usada instrumentalmente como determinante factor de persuasão e da credibilidade do golpe.

No essencial, a defesa do marquês de Vila Real e do duque de Caminha escudavam-se nesta passividade de acção, embora o marquês tivesse alguma dificuldade em camuflar a sua afeição a Castela que se entroncava num passado de serviços remunerados com relevantes mercês outorgadas pelos Áustrias. Procurava, todavia, neutralizar esse argumento ao justificar que ele próprio admitira a D. João IV que “até oito de Dezembro [...] fora castelhano” e que o próprio rei lhe respondera que “também o ano passado aqui [a Lisboa] viera obedecendo a el-rei de Castela”.<sup>18</sup>

Surpresa unânime suscitou o envolvimento do Inquisidor-Geral. Pensava-se que era um dos homens “onde a virtude mais luzia e a intervenção estava em seu ser retraído de conversações, acapuçado por clausura, religioso na clausura da casa”.<sup>19</sup> Rumores fixados em panfletos

17. BN, PBA 476, auto de acusação do duque de Caminha, fls. 7-20.

18. BN, PBA 476, Carta do marquês de Vila Real de 29 de julho de 1641, fl. 22.

19. ERICEIRA, conde da (D. Luís de Meneses), *História de Portugal Restaurado*, op. cit., vol. I, p. 502.



procuravam descortinar as causas da acusação, presumindo que talvez se fundasse no fato de receber correio semanal de Castela, que não era devassado por tratar de matéria de segredo de Inquisição. Ora parece que, de fato, a sua participação foi reduzida. Pouco conversara com o arcebispo sobre a questão, embora o tivesse feito com outros, mas não angariara ninguém para o grupo. A sua principal culpa radicava em ter conhecimento da conjura e não a delatar. Foi, todavia, pela sua rede familiar que surgiram os nomes de Gonçalo e Lourenço Pires de Carvalho. Sem mais razão, no entanto, que a de serem muito seus parentes e amigos, embora Lourenço tivesse também sido particularmente chegado ao falecido secretário Vasconcelos.

Já sobre Belchior Correia da Franca e Pedro de Baeça os testemunhos são inequívocos e até os revelam como agentes encarniçados e fervorosos da conspiração. Foram ativos nos contatos e delinearam parte dos preparativos para o golpe. Tal como os outros, defendiam que a tomada do reino era inevitável e foram eles os dois que com Manuel Valente Vilasboas, António Correia e Diogo de Brito Nabo planearam enviar um homem a Castela dar notícia da conjura que se aprontava em Portugal.

Baeça fez contatos entre a comunidade mercantil cristã-nova e assegurava que, tal como ele, ofereceriam meios financeiros para suportar a conjura. Nomeara uns seis, mas sugerira a outros conjurados que havia mais, pois “quinhentos ou seiscentos homens de negócio estavam descontentes em razão das feiras e contratos que perdiam”.<sup>20</sup> Disponibilizava ainda a sua rede de contatos para fazer chegar cartas a Castela, via Inglaterra ou Flandres. O exagero das palavras de Baeça era no entanto muito persuasivo. Usava-as para conferir maior crédito à conjura, embora o dinheiro que emprestava ou distribuía efetivamente também constituísse um poderoso argumento. Os elementos que implicavam este grupo eram, todavia, frágeis e nada permite reconhecer uma força contrária à secessão de Portugal comum a todo o grupo mercantil. Tal como acontecia noutros segmentos sociais, as cisões foram transversais ao grupo e nem sequer respeitaram inteiramente redes familiares.

Correia da Franca era quem assegurava os contatos com o meio militar e garantia a adesão não só de “gente do meio” como de soldadesca. A sua inserção nesse meio concedia credibilidade às suas notícias sobre

20. BN, PBA 476, Inquirição a Belchior Correia da Franca, fl. 55.



a matéria, ajudando a convencer os demais da iminência do ataque castelhano. Nesse plano encaixava Matias de Albuquerque. A adesão a Filipe IV do seu irmão Duarte Coelho de Albuquerque que ficara em Madrid lançava uma primeira suspeição sobre a sua pessoa. Depois, a importância do seu posto no Alentejo fazia-o perigosíssimo, caso estivesse disposto a trair D. João IV. Segundo confessara o marquês de Vila Real, era esse o papel que lhe tinha sido destinado pelo Primaz, pois lhe confidenciara que o Albuquerque andava dividindo as forças pelas fronteiras para que, em qualquer parte que o inimigo atacasse, achasse pouca resistência.

O plano geral parece ter sido o de incendiar a cidade de Lisboa em quatro pontos distintos para divertir as atenções, entrar no palácio e matar o rei, a rainha, o príncipe, as infantas e os que assistissem ao seu serviço. O ato teria lugar no início de agosto, uns dizem a 5, outros a 10. Importante era sincronizá-lo com a avançada das tropas castelhanas que, segundo informações dos conspiradores, se desenvolveria por terra pelo Alentejo até Lisboa, e por mar pelo desembarque nas praias da costa de Oeiras. Era ainda entendimento comum que a oposição seria fraca e que a população, que tivera um papel totalmente passivo no 1º de dezembro, “facilmente se voltaria à primeira voz que se desse por Castela”.<sup>21</sup> A adesão dos principais seria logo obtida pela distribuição generosa de mercês a todos os que as solicitassem e a redução popular conseguida pelo exemplo destas autoridades. Aos fidalgos que resistissem, destinava-se-lhes o cárcere. Chamariam depois a Duquesa de Mântua para tomar conta do governo.

Nos argumentos adiantados nas confissões dos conspiradores fica clara a angústia com que se vivia este período de grandes incertezas. O fator do receio e da inevitabilidade da derrota de Portugal mobilizava as gentes, catalisando descontentamentos e agravos individuais. No entanto, e a aferir pelos libelos acusatórios e pelas sentenças, o golpe não convocara um número significativo de vontades, pois só dez foram sentenciados à pena capital. É verdade que os eclesiásticos estavam escudados pela imunidade do seu estado. Talvez por isso, os três principais prelados – arcebispo, bispo eleito de Malaca e bispo de Martíria – tenham ficado presos vitaliciamente sob a fórmula

21. ERICEIRA, conde da (D. Luís de Meneses), *História de Portugal Restaurado*, op. cit., vol. I, p. 504.



juridicamente possível que era a de reclusão. Os demais foram, porém, considerados inocentes e libertados com alguma brevidade.

Omisso nas acusações e nas provas obtidas ficava um tópico que atravessara várias vezes os interrogatórios e os testemunhos dos inquiridos. Trata-se da questão das praças norte-africanas e, mais genericamente, da submissão ou não das conquistas portuguesas a D. João IV e do seu impacto na sobrevivência do Portugal restaurado. Como a chegada da informação do levantamento aos diversos territórios fora demorada e ainda mais o retorno das notícias da aclamação, havia espaço para dúvida sobre a decisão. Por isso também em Madrid se fizeram diligências para cativar os governantes das colônias e para desviar as armadas que regressavam. A ambos os partidos interessavam os recursos e o controle desses espaços ultramarinos.

Em Lisboa viera-se a saber, pela confissão de um frade que retornara havia pouco de Sevilha e de Madrid, que o conde-duque e Diogo Soares o tinham comissionado para se deslocar ao Brasil e Cabo Verde.<sup>22</sup> O negócio ficara sem efeito, por ordem do conde-duque e do próprio Filipe IV. Não se sabe exatamente qual era a intenção da jornada, mas a confissão versava a troca de comunicações entre Castela e o grupo dos que em Portugal conspiravam. Ficava a suspeita de uma estratégia para retomar Portugal a partir das conquistas atlânticas, como, de resto, também sugeriam as cartas de fevereiro de D. Pedro de Mascarenhas.

No que respeita a Ceuta e a Tânger, a fuga para Castela dos seus governadores abortara não apenas a chegada das notícias da aclamação, como o seu controle por Portugal. Enquanto em Ceuta, Madrid deu ordens para logo se substituir D. Francisco de Almeida no governo, transformando-a em presídio, o conde de Sarzedas manteve-se como governador de Tânger. Talvez porque a sua fidelidade inspirasse menos cuidados, pois era genro do 4º conde de Linhares, grande afeiçoado de Madrid.

As suspeitas que em Lisboa desde cedo impenderam sobre Correia da Franca e Brito Nabo, o encarniçamento de ambos na mudança política e a severidade da sentença podem também associar-se à perda destas praças. O enraizamento de ambos no Norte de África terá também facilitado a conexão com o marquês de Vila Real que servira longamente em Marrocos e que, depois da morte do irmão, ficara governador-proprietário de Ceuta. E a perda da praça reforçava, seguramente, a má

22. BL, Add. 20933, fls 138-139v.



imagem que em Portugal se tinha do marquês. Afinal, não conseguira garantir a fidelidade da sua gente a D. João IV!

A centralidade desta questão emergira aquando da selecção de pessoa para ir a Castela advertir da conjura. Diogo de Brito Nabo não se ofereceu para ir, já que se entendia que “não fosse ele [...] jurar na alcaidaria para onde o rei o mandava o juramento de fidelidade e homenagem porque se de Castela o soubessem que havia jurado, o haviam de castigar”, mas apenas o fazer através da sua capitania, por um parente. No dia seguinte insistiam: “se não havia de ir desta cidade nem havia de ir jurar...”.<sup>23</sup> Ou seja, o seu posto era simultaneamente um trunfo que possibilitava a comunicação com Castela, embora fosse grande a preocupação em evitar que aclamasse D. João IV. Porventura, porque reconheciam a influência das suas redes de parentesco em Ceuta.

Com efeito, esta potencial capacidade de mobilização surge muito expressivamente nas cartas que Diogo de Brito Nabo, já sentenciado, enviou ao monarca, implorando clemência. Esgrimia o seu potencial maior argumento:

mandei dizer a Vossa Majestade pelo corregedor Pedro Fernandes Monteiro que se lhe a Vossa Majestade convém a restauração da praça de Ceuta me obrigarei mandando meu irmao com fiança de tornar quando no caminho lhe não suceda um erro fortuito e nisto entendo que não haverá dúvida alguma porque toda a gente principal daquela praça que pediram e admitiram governador castelhano são todos meus parentes por parte de minha mãe e me farão tanta mercê que só por me seguirem a vida arriscarão as suas fazendo finezas no serviço de Vossa Majestade.<sup>24</sup>

## CONCLUSÃO

Feitas as acusações e cumpridos todos os trâmites processuais, foram exaradas as sentenças. As execuções das sentenças de oito das dez penas capitais foram marcadas para finais de agosto. O governo em Lisboa conferiu grande atenção e aparato ao evento, ao qual se diz que assistiram mais de 50.000 pessoas. Foi cruento e sanguinário, mas aplaudido pelo povo.

23. BN, PBA 476, fl. 50. Inquirição a Diogo de Brito Nabo em 5 de agosto de 1641.

24. BNF, FP, nº 27, fl. 479-480. Cartas de Diogo de Brito Nabo, alcaide de Ceuta a D. João IV, de 20 e 22 de agosto de 1641.



Reconhece hoje a historiografia a relevância deste tipo de representações do poder e quanto são ainda mais importantes em períodos revolucionários. Com efeito e como muitos reconheciam na própria época, entre os quais os próprios castelhanos: “o castigo referido fazia mais duvidosa a conquista de Portugal, entendendo que el-rei D. João se não arrojava a tanto empenho, se duvidara da segurança e obediência dos ânimos de seus vassalos”.<sup>25</sup>

Talvez o caso não tivesse tido proporções tão alargadas se o monarca tivesse substituído imediatamente nos postos do governo e do paço as figuras tidas como mais afectas à governação de Diogo Soares e de Miguel de Vasconcelos. Fora, todavia, uma decisão política. Se a prática governativa provou que essa opção gerara mais embaraços e intrigas que os consensos pretendidos, confirmava-se igualmente que a pressão surda para a renovação do pessoal político por parte dos aclamadores tivera enfim vencimento.

Os termos espetaculares da remodelação e ruptura política demonstravam que D. João IV estava irreversivelmente envolvido na nova situação. Todos o entenderam, mas as condições, tanto interna quanto externamente, mantinham-se difíceis. O próprio monarca tinha ainda uma longa aprendizagem da política a fazer. Contava com os seus mais chegados, um grupo que não era, todavia, nem coeso, nem suficientemente experimentado, o que, tal como o arcebispo de Braga sagazmente suspeitara, daria azo a outros sobressaltos políticos.

---

25. ERICEIRA, conde da (D. Luís de Meneses). *História de Portugal Restaurado*. op. cit., vol. I, p. 320.



**G**rande parcela do saldo positivo produzido pelo *Encontros Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português - séculos XVI a XVIII (Belo Horizonte, setembro de 2005)* pode ser apreciado nessa obra coletiva. As relações Brasil-Portugal são estudadas a partir de um aspecto que elas sempre tiveram, desde os primeiros contatos entre portugueses e nativos, nas terras à quais se chamou de Novo Mundo, malgrado a historiografia de tempos passados tê-lo menosprezado ou tê-lo julgado de maneira demasiadamente ideologizada: seu caráter planetário. *Encontros* é termo que pressupõe relações de toda natureza, que foram construídas por imposições e por acordos, sob tensões e sob negociações, a partir de ódios, disputas e conflitos, e, também, a partir de afetos, de projetos compartilhados, de ganhos coletivos, de interesses adaptados, de identidades e de valores reconstruídos, muitas vezes misturando-se entre si esses movimentos. Tudo isso envolveu, mesmo que de maneira diferente, mesmo que sob formas distintas, homens e mulheres que viveram entre os séculos XVI e XVIII e que nesse período foram classificados por sua "condição" (livre, escravo, liberto, servo) e por sua "qualidade" (branco, negro, preto, crioulo, índio, e por uma enorme quantidade de termos empregados para identificar os mestiços), em grande parte do império português. *Encontros*, nesse sentido, nos leva a constatar que as históricas relações Brasil-Portugal envolveram não apenas os agentes que se deslocaram de uma dessas regiões à outra, mas que envolveram gentes e culturas das quatro partes do mundo, cada qual com toda a sua quase inexorável diversidade. Além disso, no senso evocado nesse livro, os *Encontros* consubstanciam-se em idéia que só ganha sentido quando lastreada em conceitos tais como trânsito, mobilidade, sociabilidades, experimentos, mestiçagens, impermeabilidades e conexões, o que não extermina tensões e conflitos, nem tampouco condena a História a essas chaves algo simplistas, se tomadas em plano exclusivo. Exatamente pela dimensão aqui emprestada ao termo é que ele foi suprimido do título do livro. Mantê-lo, significaria constituir certa redundância. *Brasil-Portugal*, expressão chave do título, já dá a dimensão dos encontros ocorridos no passado, que seguem inspirando reuniões de hoje. Pensar as relações a partir de toda essa amplitude; mover-se do *locus* ao *orbis*, conectando histórias aparentemente apartadas; relativizar e atenuar fronteiras de história e de memória nacionais; atacar os vícios da ocidentalização e da pretensa origem exclusiva das coisas e dos modos; reescrever as histórias de tantos povos, de suas identidades mutantes, de suas maneiras de pensar e de viver e de suas formas de organização, tudo isso poderá ser conferido nos textos que conformam este livro.

ISBN 85-7419-639-8



9 798574 196397

PÓSGRADUAÇÃO  
Históriaufmg

**FAPEMIG**  
Fundação de Amparo à Pesquisa  
do Estado de Minas Gerais